

# A EDUCAÇÃO INDÍGENA NA PERSPECTIVA DO CURRÍCULO INTERCULTURAL BILÍNGUE

## INDIGENA EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF BILINGUAL INTERCULTURAL CURRICULUM

Edilson Ribeiro Guajajara 1  
Josenildo de Jesus Pereira2

**Resumo:** Neste artigo, apresenta-se reflexões relativas à necessidade de construção de uma educação indígena diferenciada que assegure a preservação de suas variáveis culturais que configuram a identidade étnica do povo Tentehar. Neste sentido o currículo é um valioso instrumento para preservar a cultura, modo de vida, língua e história, ampliando as possibilidades da escola ser um espaço de inclusão, fortalecendo a troca de experiências interculturais. Assim, se discute acerca dos fundamentos da relevância do currículo intercultural na Educação Infantil Indígena, do município de Grajaú, no contexto da luta, pelos povos indígenas, por direito à educação. A metodologia pautou-se na pesquisa bibliográfica do tema e na pesquisa de campo quanto a importância do currículo intercultural e bilíngue como um instrumento útil para fortalecer e preservar a língua crenças e tradições Tentehar. A pesquisa foi desenvolvida através de um roteiro de entrevista com questões abertas e fechadas, com 3 professores de uma pré-escola indígena, pública e municipal localizada na Terra Indígena Bacurizinho, na zona rural. Com os dados obtidos se concluiu que a educação escolar indígena, especificamente, na Educação Infantil precisa repensar o currículo adotado para que atenda as reais necessidades dos alunos indígenas em ter uma educação específica, diferenciada e bilíngue, que oportunize mecanismos significativos de reforço e coesão étnica e de valorização da cultura indígena, com ênfase no povo Tentehar.

Palavras-chaves: Educação Indígena. Currículo Intercultural. Grajaú-MA

**Abstract:** This article presents reflections on the need to build a differentiated indigenous education that ensures the preservation of its cultural variables that shape the ethnic identity of the Tentehar people. In this sense the curriculum is a valuable tool to preserve culture, way of life, language and history, expanding the possibilities of the school to be a space for inclusion, strengthening the exchange of intercultural experiences. Thus, it discusses the fundamentals of the relevance of intercultural curriculum in Indigenous Early Childhood Education, in the municipality of Grajaú, in the context of the struggle for indigenous peoples by right to education. The research was developed through an interview script with open and closed questions, with 3 teachers from an indigenous, public and municipal pre-school located in the Bacurizinho Indigenous Land, in the rural area. With the data obtained it was concluded that indigenous school education, specifically in early childhood education needs to rethink the curriculum adopted to meet the real needs of indigenous students to have a specific, differentiated and bilingual education, that provides significant mechanisms for strengthening ethnic cohesion and enhancing indigenous culture, with emphasis on the Tentehar people.

**Keywords:** Indigenous Education. Intercultural Curriculum. Grajaú-MA

1 - Professor Indígena, licenciado em História pela Universidade Federal do Maranhão, que atuou em Escolas Indígenas no município de Grajaú-MA. ORCID: <http://orcid.org/0009-0005-6825-1484>. E-mail: [Edilsonguajajara1969@gmail.com](mailto:Edilsonguajajara1969@gmail.com)

2 - Professor Associado III do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação História e Conexões Atlânticas (PPGHIS) da Universidade Federal do Maranhão. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5327-3879>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9341633651001873>. Email: [jj.pereira@ufma.br](mailto:jj.pereira@ufma.br)

## Introdução

Desde os tempos da colonização portuguesa de territórios na “América” de cujo processo resultou o Brasil, os seus povos originários, dentre os quais os Tentehar têm lutado pelos seus direitos à vida, ou seja, ao território e a preservação cultural. A Constituição Federal brasileira de 1988, em seus artigos 231 e 232, assegura que “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”, e que “os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses [...]” (BRASIL, 1988, p. 144).

Para a educação escolar indígena, estes princípios constitucionais são importantes porque permitem políticas de ações afirmativas em defesa de necessidades dos povos indígenas. Nessa perspectiva, na Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional de 1996 ficou assegurado o direito à educação indígena com base em sua língua materna e processos próprios de aprendizagem, tal como afirma em seu artigo 78 (LDB, 1996, p. 31) que é importante “proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências”.

Este artigo tem por referência a monografia de Edilson Ribeiro Guajajara, intitulada *OCurrículo Intercultural da Educação Infantil Indígena no município de Grajaú-MA*, defendida para a obtenção do título de Licenciado em História pela Universidade Federal do Maranhão/ Programa de Ações Articuladas para a Formação de Professores da Educação Básica/PARFOR. Nesta análise se quer evidenciar a relevância de uma educação indígena diferenciada que assegure a preservação da cultura indígena, com foco no povo Tentehar, ou seja, a sua língua; os rituais de passagem geracional de gênero, os ciclos agrícolas; as concepções relativas ao meio ambiente, à vida e a morte. Para tanto, a tese aqui defendida é que a Educação Infantil Indígena, por ser a primeira etapa da Educação Básica, seja desenvolvida com base num currículo intercultural e bilíngue.

Nestes termos, se compreende que é uma reflexão importante porque trata de um tema central para a sobrevivência física e simbólica dos diversos povos indígenas brasileiros, ainda que o foco do artigo seja o povo Tentehar, porque possibilita reconhecer que o currículo específico, intercultural e bilíngue é um aliado para fortalecer e preservar as culturas indígenas do Brasil.

A noção de currículo que orienta esta análise está baseada em Silva (2004), para o qual, o currículo é uma forma de fortalecer a identidade tendo a capacidade de promover o empoderamento do sujeito de forma individual e coletiva. Por isso, se compreende que a pré-escola indígena tem que desenvolver uma educação de cunho político que proporcione aos alunos indígenas a valorização de seus referentes culturais.

O procedimento metodológico consistiu na revisão bibliográfica dos temas: *educação indígena, currículo intercultural e bilíngue*, e em *pesquisa de campo* com base na observação participante e em entrevistas com três professores de educação indígena. Acerca da observação participante, Silveira (2009, p. 40) salienta que se “[...] caracteriza-se pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas”. As entrevistas foram feitas com três (03) professores da pré-escola indígena *Cacique Raimundo Lopes*, uma instituição pública que atende crianças entre 4 e 6 anos de idade localizada na aldeia Bacurrizinho, zona rural do município de Grajaú-Ma, regulada pela secretária municipal de educação de Grajaú-MA.

Esta pré-escola funciona no turno matutino, possui um poço artesiano, energia elétrica da rede pública, fossa séptica e equipamentos eletrônicos: 1 TV, 1 Projetor multimídia (datashow) e 1 Câmera fotográfica/filmadora. A sua estrutura física é composta por três (3) salas de aulas que atendem cerca de 15 alunos, uma sala para a coordenadoria pedagógica. Ela possui três professores indígenas com formação superior – um em História e dois em Pedagogia, aqui identificados por PI1, PI2 e PI3.

O critério de escolha dos depoentes foi o fato deles atuarem na Educação Infantil Indígena como professores. O roteiro de entrevista foi organizado com base em questões

abertas baseadas no tema-problema da pesquisa. Para a coleta se utilizou um gravador de um smartfone. Os dados foram coletados de forma individual e, depois, transcritos na íntegra para, então, ser feita a análise das falas dos entrevistados categorizados de acordo com o objetivo proposto para a análise.

## **A educação indígena na perspectiva do currículo intercultural bilíngue**

Os povos indígenas e os não indígenas têm suas maneiras próprias e independentes de produzir e transmitir conhecimentos. Mas, conforme sublinha Silva Júnior (2000, p. 44), no período da colonização e por muito tempo depois, as práticas educativas de protagonistas do colonialismo moderno foram desenvolvidas em comunidades indígenas para “[...] eliminar a cultura nativa” usando, para isso, a parcela mais frágil dos povos indígenas, ou seja, as crianças.

A Constituição Federal do Brasil (1988), em seu artigo 231, garantiu aos povos indígenas a “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições”. Mas, ainda hoje, é preciso que seja assegurado às crianças indígenas que elas fortaleçam a sua identidade e continuidade cultural no contexto brasileiro. Para tanto, a educação é uma das mais importantes formas. A questão é saber como se deve proceder em termos didático-pedagógicos!

De nossa perspectiva, um currículo específico, intercultural e bilíngue na Educação Infantil Indígena é uma excelente estratégia pedagógica para garantir que as crianças indígenas possam desenvolver-se de forma integral no contexto educacional brasileiro. Por meio deste, a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica deve ser aliada nas comunidades indígenas oportunizando às crianças indígenas escolarizarem-se em seu referente cultural. Afinal, a educação no contexto indígena só faz sentido quando desenvolver um processo de ensino que contemple o que estabelece as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil (2010, p. 12) ao destacar que os indígenas são,

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Neste sentido, o currículo é essencial para fortalecer o desenvolvimento integral da criança indígena porque conforme as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil (2010, p. 12) o Currículo é,

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Por isso, a educação ofertada aos povos indígenas precisa de um currículo que contemple as especificidades dessa parcela da população brasileira. Portanto, quando se tratar de currículo para os povos indígenas se deve considerar que estes têm direitos assegurados na Constituição brasileira; que o currículo deve ser organizado com base em suas especificidades quanto ao calendário escolar, as metodologias e processos de avaliação de modo diferencial, intercultural e bilíngue ou multilíngue. Assim, somente quando a escola brasileira possuir estas características, de fato, se reconhecerá a pluralidade na formação das crianças indígenas como sujeitos de direitos reconhecendo os indígenas com sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Indígena (RCNEI/1998) considera o

currículo na Educação Indígena como instrumento de luta e resistência dos povos indígenas pela cidadania em face do domínio de uma visão articulada nos moldes da cultura colonial. Com base no exposto, fica evidente que um currículo efetivo na Educação Infantil Indígena demanda pela participação indígena na elaboração do mesmo para não afetar a qualidade do ensino oferecido; a produção de material didático; a aplicação adequada de recursos financeiros, e a avaliação de ensino diferenciada com propostas específicas.

Não é demais sublinhar que o Estado tem o compromisso de ofertar, garantir e oportunizar justiça social e defender os direitos dos povos indígenas na construção de projeto escolar diferenciado que contribua para a afirmação das identidades culturais dos povos indígenas e sua digna inclusão na sociedade brasileira.

O povo indígena Tentehar/Guajajara tem o seu modo próprio de vida, os seus hábitos, costumes, crenças e tradições. Por isso, ele tem uma metodologia própria de transmitir os conhecimentos acumulados para as gerações futuras preservarem a sua identidade. As crianças, desde a mais tenra idade, aprendem com os seus pais, os familiares e os demais membros da comunidade a falarem na língua vernácula, a vivenciarem os costumes como dormir em rede, tomar banho em nascentes, fontes e rios, e a nadarem desde bem pequenos. Este amplo processo se fundamenta na oralidade porque os mais velhos contam a história de resistência e sobrevivência do povo usando as lendas, os contos, os mitos e os fatos da sua própria história.

Os rituais são, até os dias atuais, formas de transmissão de conhecimentos para a manutenção e a promoção da cultura traduzida em hábitos de alimentação, da música, da dança, das vestes, da pintura corporal, das festas em comunitária etc. Os rituais de passagem permitem que os jovens (homens e/ou rapazes e mulheres e/ou moças) se sintam orgulhosos de suas raízes ancestrais. Por meio dos rituais eles são estimulados a compreenderem a importância da constituição familiar como forma de resistência e preservação da vida da comunidade. Não é demais sublinhar que a população indígena Tentehar que habita fora da reserva indígena não se furta de fortalecer a sua cultura e história.

As crianças indígenas, em idade estabelecida pelas diretrizes curriculares da educação brasileira, são matriculadas em escolas. No entanto é comum encontrar nas janelas e no espaço escolar mães e alguns familiares de crianças pequenas, pois o laço entre mãe e filho é algo muito particular. Por isso, o professor/a deve sempre entender os modos próprios deste povo. Nesta ótica, é relevante pontuar que a formação do professor indígena ou não precisa ser inicial e continua. Segundo as orientações do RCNEI (1998), o professor ideal para a escola indígena é o professor indígena porque,

Somente ele é capaz de garantir que a escola indígena seja conduzida pela comunidade indígena, de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios. Isto se refere tanto ao currículo quanto aos modos de administrá-la. Inclui liberdade de decisão quanto ao calendário escolar, à pedagogia, aos objetivos, aos conteúdos, aos espaços e momentos utilizados para a educação escolarizada. (BRASIL, 1998, p. 24-25).

Mas, uma vez que o sistema formal é o da *escola não indígena*, o seu currículo deveria ser intercultural para

reconhecer e manter a diversidade cultural e linguística; promover uma situação de comunicação entre experiências socioculturais, linguísticas e históricas diferentes, não considerando uma cultura superior à outra; estimular o entendimento e o respeito entre seres humanos de identidades étnicas diferentes, ainda que se reconheça que tais relações vêm ocorrendo historicamente em contextos de desigualdade social e política. (BRASIL, 1998, p. 24-25).

Para tanto, o mesmo deveria ser desenvolvido e praticado de modo Bilíngue/multilíngue porque,

as tradições culturais, os conhecimentos acumulados, a educação das gerações mais novas, as crenças, o pensamento e a prática religiosos, as representações simbólicas, a organização política, os projetos de futuro, enfim, a reprodução sociocultural das sociedades indígenas são, na maioria dos casos, manifestados através do uso de mais de uma língua. Mesmo os povos indígenas que são hoje monolíngues em língua portuguesa continuam a usar a língua de seus ancestrais como um símbolo poderoso para onde confluem muitos de seus traços identificatórios, constituindo, assim, um quadro de bilinguismo simbólico importante. (BRASIL, 1998, p. 24-25).

Sob esta perspectiva, a prática pedagógica deve ser “específica e diferenciada concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares dos povos indígenas e com autonomia em relação a determinados aspectos que regem o funcionamento e a orientação da escola não-indígena” (BRASIL, 1998, p. 24-25). Estas premissas evidenciam que os povos indígenas precisam ser percebidos como promotores de seu processo educativo. Enfim, que as políticas educacionais promovam uma educação específica, bilíngue, multicultural e diferenciada para que, de fato, os indígenas usufruam do direito de uma educação de qualidade que atenda às suas necessidades e reconheça as suas especificidades.

## **A educação infantil indígena no município de grajaú-ma: uma perspectiva de um currículo intercultural**

Os professores entrevistados são indígenas e atuam na educação infantil a mais de cinco (5) anos em regime de contrato renovado, anualmente, sem garantias e nem segurança ou vínculo empregatício. Eles têm em comum a formação na mesma instituição de ensino superior, ou seja, a Universidade Federal do Maranhão/ Programa de Formação de Professores para a Educação do Plano de Ações Articuladas/ PARFOR.

Nesta análise se discute acerca da importância do currículo escolar intercultural como metodologia voltada para a manutenção da cultura do povo Tentehar atualmente, visto que o currículo escolar para os povos indígenas, durante muito tempo, não contemplava os anseios, aspirações e os direitos da população indígena. Por isso, um currículo específico, bilíngue, multicultural e diferenciado é o ideal para que esta parcela da população brasileira possa se manter viva em todos os sentidos.

A primeira pergunta direcionada aos professores foi - qual é a sua concepção de currículo? Eles responderam o seguinte:

O PI 1 - Na minha opinião currículo é tudo aquilo que se ensina no espaço escolar e também o que já se tem aprendido na vida.

PI 2 - Bom, para mim currículo é um conjunto de saberes, seja ele transmitido pela família, como pela comunidade onde a pessoa está vivendo.

PI 3 - Na escola currículo são todos os conteúdos que se trabalha com os alunos e fora de lá, é todo conhecimento que uma pessoa acumula durante suas experiências de vida, para nós indígenas o currículo está nas cantigas, língua, nas tradições de cada índio.

Nas respostas destes professores fica evidente que os mesmos possuem uma excelente

compreensão a respeito de currículo refletindo a sua vivência indígena e a formação profissional. Não é demais salientar que esta compreensão se articula à formulação de currículo de Moreira e Silva (2002, p. 08) para o qual currículo é um artefato cultural e social porque “[...] ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação”. A concepção de currículo destes professores no contexto do processo da Educação Infantil Indígena é muito importante para a prática pedagógica que tem por propósito reafirmar os conhecimentos das comunidades indígenas para a promoção da identidade individual e coletiva do povo Tentehar.

Nessa perspectiva, vale salientar que a Declaração das Nações Unidas a respeito de direitos dos povos indígenas (2008, p. 10), no artigo 14, sublinha que os sistemas de ensino educativos “[...] ofereçam educação em seus próprios idiomas, em consonância com seus métodos culturais de ensino e de aprendizagem”, evidenciando, assim, a importância de todos os sujeitos que compõem a Educação Infantil Indígena compreendam o que é currículo e a sua importância para que se tenha uma educação para o povo Tentehar diferenciada, inclusiva e digna, desde a primeira etapa da Educação Básica.

Para fomentar a discussão, a segunda questão formulada para os professores foi a seguinte: A escola possui um currículo diferenciado? Os mesmos responderam o seguinte:

O PI 1 disse:

Não tem, pois na minha opinião deveríamos ter materiais pedagógicos e disciplinas mais específicas voltadas a população indígena, não apenas língua indígena. As Crianças indígenas precisam de saberes para além do que está ofertado nas escolas hoje. O índio quer mais, o conhecimento é a nossa única arma contra a guerra silenciosa que pode dizimar o nosso povo, a guerra contra a diversidade, as nossas tradições, rituais e nosso território (Informar a data a entrevista).

O PI 2 disse:

Não. A meu ver incluir apenas a língua indígena no currículo escolar não faz dele um currículo diferenciado e bilíngue, precisamos de políticas educacionais que atenda a tudo aquilo que o índio precisa para ser índio e não deixar de ser índio. (Informar a data a entrevista).

Por sua vez, o PI 3 disse,

A escola indígena na qual atuo ainda não tem um currículo específico, bilíngue e diferenciado. Porque, só para dar um exemplo, os índios no material didático fornecido ainda mostram o índio como uma figura de personagem, como usar este material dentro da Educação Infantil? Não acho que isso seja bom para construção da identidade de nossas crianças. (Informar a data a entrevista).

Da análise destes argumentos se compreende que a escola não possui um currículo diferenciado e, por isso mesmo, a necessidade de superar essa problemática, uma vez que o currículo escolar é a referência por meio da qual a escola deve nortear o processo de ensino aprendizagem dos alunos indígenas. Desse modo, é necessário um currículo específico à realidade do povo Tentehar, como um direito. Afinal, os povos indígenas, em particular as crianças, têm direito a dignidade, a diversidade cultural e a escola com a função de assegurar uma educação significativa para estes sujeitos.

A Base Nacional Comum Curricular (2017) destaca o direito da aprendizagem das crianças. Assim, esta proposta de currículo vem ao encontro do projeto ideológico do povo

Tentehar, de preservar a cultura, história, costumes, tradições e língua de seu povo. Para tanto, a escola precisa assumir o compromisso de elaborar de maneira autônoma o seu próprio currículo, tendo como base a BNCC, sem esquecer de levar em consideração a criança indígena como o centro do processo de ensino e de aprendizagem por ser um direito seu.

Sob esta perspectiva, o currículo diferenciado da Educação Infantil Indígena corrobora para uma prática profissional repleta de intencionalidade educativa promovendo a potencialidade e o desenvolvimento integral da criança indígena ao lhe permitir brincar, conviver, explorar, participar, se conhecer e expressar, pois, a sobrevivência do povo Tentehar e demais povos indígenas depende, também, do pacto que a escola deve ter em assegurar, oportunizar e garantir uma educação de qualidade, significativa e específica a esta parcela da população.

A terceira pergunta foi: Você participou da construção do Projeto Político Pedagógico da escola onde trabalha? O PPP faz referência à educação pluricultural, bilíngue e específica? De que maneira?

PI 1 respondeu:

Não vou ser mentiroso e dizer pra você que participei da construção porque eu não fiz parte, se quer sei se a escola tem PPP, então não sei se lá faz alguma referência quanto a educação específica voltada aos povos indígenas, caso haja o documento.

PI 2 respondeu:

A escola possui um PPP, pelo menos está em uma das gavetas da secretária da escola, mas eu não fui convidado para elaboração do mesmo, tão pouco sei o que tem nele, mas falando neste assunto vou questionar sobre isso com os demais colegas e quem coordena a escola.

PI 3 respondeu:

Eu não participei da construção do PPP da Escola, mais já li um pouco dele, mais pra ti dizer mesmo eu não lembro se lá faz alguma referência à **educação pluricultural, bilíngue e específica**, mesmo sabendo que é algo muito importante o PPP para conduzir e direcionar uma escola.

As respostas dos professores deixam perceptível que o PPP da escola onde atuam não foi construído com a participação deles. O PI 1 destaca e é enfático em dizer que a escola não possui um PPP. O PI 3 diz que já leu o documento, porém não lembra o que está escrito. No entanto, se pode concluir que o trabalho realizado na escola pode não possuir efetivamente uma educação que seja pluricultural, bilíngue e específica. Afinal, não é demais lembrar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010, p. 18) esclarecem qual a finalidade de sua proposta pedagógica, bem como, o que deve privilegiar o currículo, nos seguintes termos,

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2012, p.18).

Nesse sentido, uma Escola sem PPP é uma escola sem luz que caminha no escuro. Por isso, é necessário que se tenha um Projeto Político Pedagógico vinculado a construção

da identidade cultural e pessoal das crianças indígenas. De acordo com Monte (2000) a construção do currículo é uma tarefa coletiva e permanente permitindo assegurar interesses imediatos e de longo prazo. Sob este prisma, na quarta pergunta inquiriu-se eles participam ou participaram de cursos de formação continuada na área da Educação Escolar Indígena?

PI 1 respondeu,

Sim, já participei de alguns, neste sentido temos tido algumas palestras, encontros promovidos pela prefeitura, que por sinal deixam marcas na nossa sala de aula, porque ao aprender acabamos trazendo esse conhecimento para dentro das nossas salas de aulas.

PI 2 respondeu,

Já participei, mas infelizmente não temos um calendário de formação. As formações são bem interessantes, em minha opinião elas são fundamentais para o professor ter mais um embasamento para atuar em sala com as crianças.

PI 3 respondeu,

Participei de algumas ao longo do meu exercício profissional, mais acho esses momentos ainda pouco diante da necessidade de pensar no nosso serviço e poder melhorar cada vez mais em sala de aula.

Os professores foram unânimes em afirmar que mesmo não sendo, periodicamente, o que seria ideal, eles recebem formação. Da análise das respostas destes professores indígenas se percebe que na Educação Infantil Indígena o incentivo para a promoção do fortalecimento da cultura, língua e tradições do povo Tentehar não é algo corrente como deveria ser.

Por isso se reafirma que os conhecimentos como os ritos, a língua, as lendas e os cantos precisam estar presente na formação do professor indígena porque é por meio destes que se fortalece práticas educativas bilíngue, intercultural e emancipadora para todos os povos indígenas por se tratar de seu contexto cultural. Nessa perspectiva, se defende que o professor da Educação Infantil Indígena deve ser formado como um pesquisador de sua experiência porque a realidade deste profissional é um instrumento poderoso para o processo de formação e ressignificação da prática profissional.

O curso superior de formação inicial ofertado pelo governo federal por meio da Universidade Federal do Maranhão/PARFOR é um exemplo de estratégia de formação de professores que já atuam EM reservas indígenas porque possibilita ao professor continuar em sala de aula ressignificando e melhorando a sua prática pedagógica no contexto da educação infantil indígena. A este respeito, D'Angelis (2005, p. 34) destaca que “tem-se que pensar a formação de professores indígenas como sendo, acima de tudo, formação de professores, que deverá estar inserido profundamente nas raízes da cultura indígena”.

De acordo com Correa (2010, p. 40) a formação ou formação continuada de professores indígenas deve privilegiar a “configuração dos ambientes linguísticos”, ou seja, para este autor é imprescindível que a língua tupi se faça presente no processo de formação para que esteja, acima de tudo, dentro da escola, porque as crianças indígenas têm o direito de serem desenvolvidas forma plena.

A quinta pergunta direcionada os entrevistados foi: Como eles compreendiam a importância do currículo intercultural na Educação Infantil Indígena?

PI 1 destacou o seguinte,

Pelo que aprendi na faculdade e nas formações sobre



Educação Infantil e Educação Indígena, sei que as contribuições na efetivação do currículo intercultural na Educação Infantil Indígena são essenciais para que as crianças consigam ter seu direito de aprendizagem garantido, não através de um ensino que não enxergue o índio, mas uma que permite os Tentehar continuarem existindo em número e direitos.

PI 2, por sua vez, disse,

Eu sei que na Educação Infantil Indígena o currículo específico, diferenciado e bilíngue pode contribuir com a efetivação do que a gente busca enquanto povo, que é o direito de ser gente índio Tentehar onde formos, pois tivemos uma educação escolar que fortaleceu essa ideia.

PI 3, sublinhou que,

Historicamente os povos Tentehar tem lutado em todos os sentidos para manterem-se vivos, a língua, os costumes, as tradições, a identidade, a arte e os saberes dos nossos antepassados estão se perdendo, pois a escola precisa ter uma educação que ajude a nosso povo manter tudo isso vivo. Por isso o currículo escolar da Educação Infantil contribui para ajudar o índio continuar sendo índio.

Os professores reconhecem as contribuições do currículo intercultural e bilíngue na Educação Infantil Indígena e necessário para a transformação da escola indígena por atender às necessidades e interesses dos povos indígenas por uma educação emancipadora quanto à valorização de sua identidade cultural. Assim, conforme sublinham Oliveira e Nascimento (2012, p. 774) “neste novo horizonte político ganham força as ideias de pluralidade, diversidade, interculturalidade, especificidade e diferenciação como princípios estruturadores dos projetos de educação escolar dos indígenas”.

Ainda em relação a importância do currículo intercultural na Educação Infantil Indígena, os depoentes sublinharam o seguinte,

PI 1 disse,

Para mim o currículo intercultural na Educação Infantil Indígena ajuda a manter a escola como um espaço de fortalecimento da cultura, língua e saberes do povo Tentehar. Que está se perdendo em muitas aldeias, as crianças já não falam nossa língua só o português, isso é preocupante, a língua e toda nossa cultura precisa estar viva dentro da escola também, não só fora dela na casa das crianças, ajuda também até aqueles que não aprendem em casa as coisas do nosso povo

PI 2, por sua vez salientou que,

O currículo intercultural na Educação Infantil Indígena permite que o professor em sala de aula trabalhe com a criança sua própria realidade e faz com que ela goste de ser índio e também aprenda nossa história, e saberes que iram servir tanto dentro da aldeia como fora dela. Hoje a televisão, o celular e outros aparelhos fazem com que a criança pense que tem que ser branco que ser índio não é bom.

PI 3 destacou,

Como acadêmico do curso de História sei o quanto é importante preservar a história de um povo para que não se perda inclusive na memória da comunidade indígena, por isso é muito importante um currículo intercultural na Educação Infantil Indígena, tanto para promover a cultura do povo Tentehar para que não se perda como também para que as crianças consigam aprender saberes que serviram para a vida toda dentro e fora da reserva indígena, ou seja, seu território.

Da análise destas respostas se verifica que o currículo intercultural, multicultural e bilíngue é um dos pressupostos para a construção de uma nova história indígena mediada pela reafirmação cultural dos povos indígenas e, em seu contexto, o povo tentear.

## Considerações Finais

A implantação do currículo específico, diferenciado, bilíngue e intercultural em instituições de Educação Infantil Indígena é uma necessidade porque está em conexão com as demandas afirmação de identidades e preservação das culturas indígenas no Brasil, no Maranhão e em Grajaú-Ma e, contribuirá para um redesenho das relações entre os povos indígenas e não indígenas na medida que permitirá estes últimos superarem toda a carga de preconceitos legados pela cultura colonial portuguesa ainda muito presente nas escolas brasileiras.

O respeito e a afirmação material e simbólica dos povos indígenas são um direito natural e constitucional. Por isso, práticas educativas que os contemplem exige currículo diferenciado e um projeto-político-pedagógico elaborado com a participação de indígenas para que nele sejam assegurados os seus elementos culturais e, assim, a prática docente contemple a diversidade e as crianças indígenas se reconheçam nele.

Por isso se reafirma que uma educação diferenciada é possível e que, nela, às populações indígenas do território brasileiro lhes sejam garantidos o direito ao bem-estar material e simbólico pela superação de mortes físicas e simbólicas deles. O currículo intercultural e bilíngue oferece esse caminho. Por isso, a educação diferenciada, específica, inclusiva, bilíngue e intercultural, é urgente para que a escola indígena garanta a efetividade da democrática fortalecendo e promovendo os costumes, crenças e tradições indígenas.

## Referências

BRASIL, Ministério da Educação, **Base Nacional Comum Curricular** - BNCC, Brasília: Moderna, 2017.

BRASIL. **Censo Escolar/INEP** 2018. Notas técnicas: <<http://academia.qedu.org.br/censo-escolar/notas-tecnicas/>>. Acesso em: 02 set. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: SenadoFederal, 2006.

BRASIL. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. NAÇÕES UNIDAS UNIC/ Rio/ 023. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao\\_das\\_Nacoes\\_Unidas\\_sobre\\_os\\_Direitos\\_dos\\_Povos\\_Indigenas.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2019.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2012.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional Para As Escolas Indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 5, de 22 de junho de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17212diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-basica-diversidade-e-inclusao\\_2013&category\\_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17212diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-basica-diversidade-e-inclusao_2013&category_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 02 jul. 2019.

CORREA, D. A. **Política linguística e o curso de licenciatura em Letras**: um estudo inicial sobre o PEC-G. Linguagem em Foco, n. 1, v. 1, p. 39-52, 2010.

EVERTON, Carlos Eduardo Penha. Por uma “nova” discussão do Massacre de Alto Alegre. In: PICCOLO, Monica; SILVA, Fábio Henrique Monteiro (orgs.). **Memórias em Disputa – Literatura, Narrativa e (re)conhecimento**. São Luís, MA: Editora UEMA, 2016. p. 41 – 56.

GOMES, Mércio Pereira. **O índio na história**: O povo tenetehara em busca da liberdade – Petrópolis, RJ: Voses, 2002.

GRUPIONI, L. D. B. **Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil**. In. GRUPIONI, L. D. B. (Org.). Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 39-68.

MATOS, Claudia Neiva de. Textualidades Indígenas no Brasil. In: Eurídice Figueiredo. **Conceitos de Literatura e Cultura**. Juiz de Fora: UFJF/ Ed.UFF, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 23ª ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

MONTE, N. **Escolas da floresta**: entre o passado oral e o presente letrado. Rio de Janeiro: Multiletra, 1996. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000147&pid=S0100-1574200000030000100012&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000147&pid=S0100-1574200000030000100012&lng=en)>. Acesso em: 02 ago. 2019.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Luiz Antonio de; NASCIMENTO, Rita Gomes do. **Roteiro para uma história da Educação Escolar Indígena**: notas sobre a relação entre política indigenista e educacional. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 765-781, jul.-set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/07.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2019.

SANTOS, Hélio Magno Nascimento dos; LOPES, Edineia Tavares. **O Currículo na Educação Escolar Indígena: uma análise de pesquisas sobre o tema.** ISSN: 1982-3916 ITABAIANA: GEPIADDE, Ano 07, Volume 14 | jul./dez. de 2013. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/viewFile/2059/1798>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

ZANNONI, Cláudio. **Conflito e coesão: O dinamismo tenetehara.** Brasília: CIMI, 1999.